



EDUCAÇÃO

ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICO SETÚBAL

CAROLINA DOS
REIS RODRIGUES
n.º 180140020

**ASSEMBLEIAS DE
TURMA: O SEU PAPEL
NO DESENVOLVIMENTO
DA CIDADANIA E NA
GESTÃO DE CONFLITOS**

Relatório de projeto de investigação
do Mestrado em Educação Pré-
Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

ORIENTADORES:

Prof. Carlos José das Neves Moreira
Cardoso da Cruz
Prof. Fernando Miguel de Matos
Vasconcelos Almeida

dezembro 2025



EDUCAÇÃO

ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICO SETÚBAL

CAROLINA DOS REIS
RODRIGUES
n.º 180140020

**ASSEMBLEIAS DE
TURMA: O SEU PAPEL
NO DESENVOLVIMENTO
DA CIDADANIA E NA
GESTÃO DE CONFLITOS**

JÚRI

Presidente: Professora Doutora

Alcina Dourado, ESSE/IPS

Orientador: Professor Doutor

Carlos Moreira Cruz, ESE/IPS;

Vogal: Professora Doutora Ana

Catarina Pinto, ESSE/IPS

dezembro 2025

AGRADECIMENTOS

Nesta página especial quero deixar mencionado o meu maior agradecimento às pessoas que me incentivaram e motivaram a concluir este trabalho, de grande importância para a minha vida profissional como de grande realização pessoal.

O meu maior e especial agradecimento vai para os meus queridos avós maternos, a avó Angelina e o avô António, que foram os principais responsáveis por concluir este projeto. O trabalho mais importante do meu percurso académico. Foram sempre muito prestáveis, amáveis, pacientes e deram-me toda a motivação e carinho para que concluísse este projeto.

Outro agradecimento muito especial é para os meus pais, Mãe Isabel e Pai Hugo, que sempre souberam ter as palavras certas no momento certo e deram-me sempre muito apoio.

Por fim, e não menos importante agradecer à minha amiga do coração, Marta Manso Pereira, por toda a ajuda e dedicação e carinho que teve comigo enquanto este projeto. Como também a todos os meus familiares e amigos que torceram para que isto acontecesse.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O presente Relatório insere-se na Unidade Curricular de Estágio IV, do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

O problema que é objeto deste estudo - “As Assembleias de Turma: o seu papel no desenvolvimento da cidadania e na gestão de conflitos” emergiu no contexto da prática pedagógica de anos anteriores. Tem como principal objetivo compreender e investigar qual é o papel das Assembleias de Turma no desenvolvimento de valores atitudes e práticas que promovam a cidadania, e a gestão de conflitos entre alunos.

A imprevisibilidade do cumprimento do calendário para a realização da prática supervisionada no contexto da pandemia, resultou na não realização da mesma. Por isso, este relatório foca-se na investigação de literatura que sustenta a questão a investigar e na elaboração de um plano de intervenção, com a identificação das tarefas a desenvolver com as crianças e a descrição dos processos de recolha de informação. Optou-se por uma metodologia baseada em processos de recolha de dados através da observação direta, registos de observação, notas de campo e entrevistas aos alunos envolvidos.

Palavras-chave: 1.º Ciclo do Ensino Básico; Assembleias de Turma; Cidadania; Gestão de Conflitos; Formação Pessoal e Social

ABSTRACT

This report is part of the Internship IV course unit of the Master's Degree in Preschool Education and 1st Cycle of Basic Education Teaching at the Higher School of Education of the Polytechnic Institute of Setúbal.

The problem that is the subject of this study - "Class Assemblies: their role in the development of citizenship and conflict management" - emerged in the context of pedagogical practice from previous years. Its main objective is to understand and investigate the role of Class Assemblies in the development of values, attitudes, and practices that promote citizenship and conflict management among students.

Given that the unpredictability of the schedule for the supervised practice due to the pandemic context, resulted in its non-implementation.

This report focuses on researching literature that supports the issue to be investigated and on developing an intervention plan, identifying the tasks to be carried out with the children and describing the information gathering processes. A methodology based on data collection processes was chosen, using direct observation, observation records, field notes, and interviews with the students involved.

Keywords: Primary Education; Class Assemblies; Citizenship; Conflict Management; Personal and Social Development

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	7
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
1. Desenvolvimento Sociomoral.....	11
2. Formação Pessoal e Social e Cidadania	13
3. Assembleia de Turma no Movimento Escola Moderna.....	16
4. Assembleias de Turma como potenciadoras da cidadania e da gestão de conflitos	18
III. METODOLOGIA	21
1. Identificação do método e a sua justificação.....	21
2. Identificação dos procedimentos de recolha e tratamento de dados.....	24
III. PLANO DE INTERVENÇÃO	
1. Tarefas para obter informação relativa à problemática	29
IV. CONCLUSÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS.....	41
Anexo I – Diário de Turma.....	41
Anexo II – Entrevista realizada aos alunos da turma.....	42
Anexo III – Capa do Livro “Posso juntar-me ao clube?”	43
ÍNDICE DE QUADROS.....	44
Quadro I – Resolução de Conflitos.....	44
Quadro II – Exemplos de Situações Problemáticas.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

1.º CEB – 1.º Ciclo do Ensino Básico

AT – Assembleia de Turma

CCE – Conselho de Cooperação Educativa

DT – Diário de Turma

MEM – Movimento da Escola Moderna

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular de Estágio IV do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e tem como tema “Assembleias de Turma: o seu papel no desenvolvimento da cidadania e na gestão de conflitos”.

O seu objetivo principal é compreender de que forma as assembleias de turma são importantes para a aquisição dos valores e das práticas da cidadania democrática e no desenvolvimento de capacidades e atitudes necessárias à gestão de conflitos, tendo como referência o modelo pedagógico do Movimento da Escola Moderna (MEM).

A escolha deste tema, deveu-se sobretudo ao meu interesse pessoal no mesmo, já que, ao longo dos meus anos de formação em Educação Básica, foi-me dada a oportunidade de estar e intervir em diversos locais de estágio e, assim, poder observar diferentes práticas pedagógicas assentes na metodologia das Assembleias de Turma. Num estágio que desenvolvi em outubro de 2019, numa turma de 1.º ano do Ensino Básico, pude observar a dinamização de várias assembleias de turma que despertaram o meu interesse para esta metodologia. Nessas assembleias, pude observar a importância do papel das mesmas na gestão de conflitos entre os pares, uma vez que era dado tempo e espaço aos alunos para debaterem os mesmos e, em conjunto, pensarem em estratégias e formas de resolução dos problemas apresentados. Ao longo das observações pude constatar que as mesmas eram um grande aliado na resolução de muitos problemas relativos ao grupo.

Ao longo da semana os alunos iam preenchendo o Diário de Turma que estava dividido em 3 colunas: o que gostei; o que correu menos bem e o que eu quero fazer. As assembleias eram realizadas semanalmente à sexta-feira e, em turma, eram discutidos os temas previamente escritos no Diário de Turma.

No 1.º ano, quem dinamizava as assembleias era a professora titular com um dos alunos, previamente eleito como presidente. É expectável que os alunos ganhem autonomia de forma gradual, acabando por assumirem os lugares de presidente, vice-presidente e secretário.

Considero que o desenvolvimento desta prática com as crianças é bastante importante, uma vez que, promove o desenvolvimento sociomoral das crianças, em aspetos como a responsabilidade, a autonomia, a capacidade discursiva e o sentido de justiça. Por isso, as assembleias são um espaço privilegiado para trabalhar a gestão de conflitos, uma vez que os alunos, em cooperação com o professor, fazem uma avaliação e gestão dos acontecimentos vividos, através dos registos do Diário de Turma.

Quando nas escolas a gestão e resolução de conflitos tem uma estrutura e organização definidas, suscitando uma intervenção educativa como as Assembleias de Turma, melhora-se a convivência, o diálogo e o encontro interpessoal, contribuindo para a melhoria das relações entre todos (Torremorell, 2008; Jares, 2002; Torrego Seijo, 2003).

Nesta perspetiva de trabalho com as crianças, atende-se ao facto de uma turma ser um conjunto muito heterogéneo de crianças provenientes de diferentes grupos sociais e culturais, que se vai estruturando ao longo do tempo, a fim de que cada um dos seus elementos consiga progredir desenvolvendo conhecimentos, atitudes e capacidades de forma a alcançar o sucesso em todas as suas dimensões, sejam elas académicas, sociais ou pessoais.

Os problemas e os conflitos inerentes à existência do grupo/turma, quer a nível de trabalho, quer a nível dos sentimentos experimentados na relação interpessoal tendem a ser resolvidos no próprio grupo. Segundo o Modelo do Movimento da Escola Moderna (MEM) “esta experiência de socialização democrática dos estudantes constitui o sustentáculo do trabalho do currículo nas turmas, entendidas como comunidades de aprendizagem, num envolvimento cultural motivador.” (Movimento Escola Moderna. (2021) *Modelo Pedagógico do MEM*. [https://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/.](https://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/))

As Assembleias de Turma promovem também os valores e as práticas da cidadania democrática, uma vez que, põe “à prova os valores humanos que sustentam a justiça, a reciprocidade e a solidariedade”. As Assembleias de Turma fazem parte de um dos três subsistemas que estão integrados na organização da aprendizagem do MEM: a Participação Democrática Direta. As “atitudes, os valores e as competências sociais e éticas que a democracia integra constroem-se, enquanto alunos e professores, em cooperação, vão experienciando e desenvolvendo a própria democracia na escola.” (Movimento Escola Moderna. (2021) *Modelo Pedagógico do MEM*. <https://www.escolamoderna.pt/participacao-democratica-direta-2/>)

Assim, o desenvolvimento das Assembleias de turma permite concretizar o que está estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo no seu artigo 2.º:

“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.” Deste modo, estas competências servir-lhes-ão de instrumentos valiosos ao longo do resto da sua vida, quer a nível escolar e profissional, quer para a sua vida em sociedade.

Tendo em conta os aspetos já referidos, este estudo focar-se-á nas Assembleias de Turma, uma vez que são uma das estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento sociomoral dos alunos. Como refere Serralha (2007) “todos os que trabalham na educação sabem que ocorrem no dia a dia de uma escola muitos incidentes críticos. Estes constituem a matéria-prima por excelência para fazer progredir as crianças a nível sociomoral.” A troca de ideias, o confronto de opiniões e a gestão de todos estes incidentes, através do diálogo, são assim o “motor de aprendizagem” que conduz ao desenvolvimento e permitem “fazer a aquisição das competências sociais, desenvolver a autonomia e a responsabilidade, concedendo-lhe também a oportunidade de exercício efectivo do poder.”

Tendo em conta o que foi exposto o principal objetivo deste estudo é a tentativa de refletir e obter respostas para as seguintes questões:

- Qual a importância das assembleias na promoção dos valores e práticas da cidadania democrática?
- De que forma as assembleias de turma contribuem para o desenvolvimento das capacidades na gestão de conflitos?

O presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos distintos. Num primeiro capítulo, apresentarei todo o enquadramento teórico sobre o tema em estudo. Abordarei autores de referência na literatura científica, que suportam e fundamentam os vários aspetos considerados relevantes para a compreensão da temática da investigação. Este capítulo estará subdividido em quatro partes, que considero relevantes aprofundar para o desenvolvimento do tema. São as seguintes: Desenvolvimento Sociomoral; Formação Pessoal e Social; Assembleia de Turma no Movimento Escola Moderna; Assembleias de Turma como potenciadoras da cidadania e da gestão de conflitos.

Já no segundo capítulo, referente à metodologia, apresento o tipo de estudo que irá ser realizado assim como as técnicas de recolha e análise de dados que serão utilizadas.

O terceiro capítulo consiste na apresentação do plano de intervenção no qual se enumeram as tarefas e nas quais incidiram os procedimentos de recolha e tratamento dos dados necessários para esta investigação.

No último capítulo deste relatório, será apresentada uma síntese das principais ideias retiradas ao longo da construção deste relatório.

Numa secção pós-textual, estarão presentes todas as referências bibliográficas utilizadas.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo irão ser aprofundados vários conceitos que, consequentemente, ajudarão a fundamentar e sustentar o tema em desenvolvimento. Para isso, foi necessário recorrer a vários autores e investigadores da área em estudo, procurando bibliografia científica referente ao tema que queria estudar.

Nos primeiros dois subcapítulos, de forma mais abrangente, irei abordar o Desenvolvimento Sociomoral e os Valores e práticas da Cidadania. Posteriormente, num outro subcapítulo, farei uma referência às Assembleias de Turma no contexto do modelo do Movimento da Escola Moderna (MEM), uma vez que, é uma das estratégias utilizadas pelo mesmo para regular tanto as aprendizagens como a vida social que à turma diz respeito.

Por fim, no último subcapítulo, farei a articulação de tudo aquilo que foi abordado anteriormente e de que forma é que as Assembleias de Turma poderão contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade, do sentido crítico, da autonomia e da justiça.

1. Desenvolvimento Sociomoral

O ser humano passa por um processo de desenvolvimento contínuo ao longo de toda a sua vida. Como refere Sifuentes (2007), “o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua que se estende ao longo da vida dos indivíduos, sendo fruto de uma organização complexa e hierarquizada que envolve desde os componentes intraorgânicos até as relações sociais e a agência humana.” Segundo Bronfenbrenner (cit. por Serralha, 2007) sabemos hoje que o desenvolvimento humano é produto da interacção do organismo humano em desenvolvimento com o seu ambiente. Não se produz nunca no vazio,

sempre está incluído e expressa-se através da conduta num determinado contexto ambiental (pp. 35 e 36).

Assim, cada indivíduo está sujeito a diversos fatores que vão interferindo na sua evolução, sejam eles, de carácter físico, emocional, cognitivos, sociais, fisiológicos ou morais.

No decorrer do tempo, cada ser humano vai deparar-se com diferentes situações e experiências que vão influenciar a maneira como se desenvolve, estando em constante mudança e transformação. “Isto significa que cada indivíduo tem seu desenvolvimento delineado por inúmeras possibilidades vinculadas ao tempo, ao contexto e ao processo (cit. por Sifuentes, 2007, p.379), exercendo a função primordial de agente de mudança e de transformação da sua própria história (Branco, 2003; Elder, 1996; Magnusson & Cairns, 1996, p.379 cit. por Sifuentes, 2007, p.379).”

Van Geert (cit. por Sifuentes, 2007, p.379) diz-nos que “de acordo com este princípio, todos os membros de uma determinada cultura participam ativamente da sua construção, influenciando e sendo influenciados, em uma dinâmica de afecção mútua, o que possibilita a emergência do novo”.

Posto isto, o desenvolvimento humano desencadeia uma série de transformações às quais o indivíduo se tem que adaptar ao longo da sua vida.

Inerente a todas estas transformações que vão acontecendo ao longo da vida de cada ser humano, está o desenvolvimento sociomoral. As principais teorias sobre o desenvolvimento sociomoral surgiram na primeira metade do século XX e são elas: a socialização de Durkheim, psicanálise de Freud, teoria da aprendizagem social de Bandura e Walters e desenvolvimento cognitivo de Piaget.

Orlando Lourenço (cit. por Serralha, 2007, p. 9) apresenta-nos três perspectivas de abordagem do desenvolvimento moral: perspectiva psicanalítica, a teoria da aprendizagem social e a abordagem estrutural-construtivista. Este autor salienta que o desenvolvimento moral ora é considerado como a maior ou menor identificação da criança e do jovem

com os valores e padrões morais da sociedade, em geral, e dos pais, em particular (perspetiva psicanalítica), ora considerado como a maior ou menor interiorização de regras e normas morais aprovadas socialmente (perspetiva da aprendizagem social), ora considerado como a construção de princípios morais e de justiça que estão muito além das normas morais e sociais vigentes (perspetiva estrutural – construtivista) (p. 29).

Por outro lado, existem autores que nos apresentam outras abordagens para explicar o desenvolvimento moral. Dizem-nos que este assenta “fundamentalmente numa preservação de normas e valores existentes numa determinada sociedade, obrigando os membros mais novos a interiorizá-los” (Kohlberg, cit. por Serralha, 2007, p. 10). Estas teorias seguem uma linha de transmissão de valores e normas entre gerações, ignorando o papel que os novos intervenientes poderão ter na construção das mesmas. Boliver (2000) afirma que estas normas são interiorizadas por identificação e muitas vezes decorrem de consequências pelo não cumprimento das mesmas. E assim, defende na sua teoria, apoiada sobretudo em Piaget e Kohlberg, uma “participação ativa no meio social” onde as “normas e valores são uma construção do sujeito”.

Deste modo, as crianças e jovens, são partes integrantes deste processo. A interiorização das normas e valores resultam da “própria consciência moral da criança” (Serralha, 2007, p.7). Isto faz com que o respeito e cumprimento das mesmas seja feito de livre e espontânea vontade, uma vez que, se revêm nas mesmas, interiorizando-as.

2. Formação Pessoal e Social e Cidadania

No âmbito do tema das Assembleias de turma torna-se fundamental abordar e explorar em que medida estas se relacionam com a área da Formação Pessoal e Social no contexto educativo.

A área da Formação Pessoal e Social está presente ao longo de toda a escolaridade, estando diretamente interligada com a área do conhecimento do mundo e da expressão e comunicação. Como é referido

nas OCEPE, “tal deve-se ao facto de esta ter a ver com a forma como as crianças se relacionam consigo próprias, com os outros e com o mundo, num processo de desenvolvimento de atitudes, valores e disposições, que constituem as bases de uma aprendizagem bem-sucedida ao longo da vida e de uma cidadania autónoma, consciente e solidária.” (Silva, I. L., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M., 2016).

Assim, é nesta inter-relação que o aluno se desenvolve e aprende a viver em grupo, adequando a sua postura, respeitando os limites e a opinião do outro, cooperando e reconhecendo os valores que estão presentes no seu dia-a-dia.

As Assembleias de Turma são uma ferramenta, que faz parte da vida escolar dos alunos do 1.º CEB, que fomentam o desenvolvimento da Formação Pessoal e Social, desde a idade de pré-escolar. Como é mencionado nas OCEPE:

O desenvolvimento da Formação Pessoal e Social baseia-se na organização do ambiente educativo, construído como um ambiente relacional e securizante, em que a criança é valorizada e escutada, o que contribui para o seu bem-estar e autoestima, e, ainda, como um contexto democrático em que as crianças participam na vida do grupo e no desenvolvimento do processo da aprendizagem.

Posto isto, é importante implementar dinâmicas que promovam um ambiente que contribua para a construção de relações interpessoais e sociais de cada criança. Isto faz com que a criança se torne um adulto consciente, mais autónomo, com autoestima e espírito crítico. Estes valores estão presentes nos documentos que orientam o Sistema Educativo. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (artigo 2º), nos seus princípios gerais, “o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a

dimensão humana do trabalho.” É ainda mencionado, no ponto seguinte, que “a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”

Nos objetivos referentes ao Ensino Básico (artigo 7º) este documento faz referência ao “desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidades de raciocínio, memória, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores de solidariedade social”.

No 1.º Ciclo, o “Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória” apresenta um conjunto de valores e metas que se propõe que cada aluno atinja, durante o seu percurso académico. Estes valores e normas acompanharão o aluno, não só durante o percurso escolar como também farão parte da sua vida, encorajando-o a ser um cidadão responsável, consciente e autónomo.

Neste documento são ainda referidos os seguintes valores: responsabilidade e integridade, excelência e exigência, curiosidade, reflexão e inovação, cidadania e participação e liberdade.

Concluindo, o educador/professor tem um papel ativo e importante na construção da Formação Pessoal e Social de cada um dos seus alunos. Ainda que estes valores estejam inerentes às relações interpessoais e sociais que se estabelecem diariamente, é fundamental a existência de um ambiente organizado e estruturado que promova oportunidades para o desenvolvimento dos mesmos.

3. As Assembleias de Turma no Movimento da Escola Moderna

As assembleias de turma surgem dentro do modelo do Movimento da Escola Moderna (MEM). Estas são um dos grandes pilares deste modelo, permitindo ao aluno ser mais autónomo, responsável e consciente.

Dentro do MEM, aquilo que conhecemos como assembleias de turma, são designadas por conselho de cooperação educativa. Segundo Niza (1991, p.7),” o conselho abre e encerra os ciclos de trabalho diário, semanal ou outros. O conselho é assim um momento de articulação, de reordenação, coordenação e de instituição por excelência.”.

Nestas reuniões acontece o “planeamento, avaliação, análises de ocorrências significativas, reflexão ética para clarificação e construção de regras de vida para desenvolvimento sociomoral (Movimento da Escola Moderna. (2021) *Instrumentos de planeamento/ avaliação e Diário de Turma*. <https://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/>). Niza citado por Louseiro (2003, p.3) refere que:

o Conselho é o centro e o motor do sistema de trabalho de aprendizagem, no interior de uma fratria ou comunidade que constrói em cooperação democrática as suas competências culturais e a sua formação democrática por meio das produções curriculares que partilha, com o envolvimento discreto, atento e afetuosamente estruturante do professor.

Assim, em cada conselho de cooperação educativa, os alunos têm a oportunidade de debater ideias, refletir sobre ações, dar opinião, desenvolver o seu sentido de argumentação e o sentido criativo na resolução de problemas. Esta prática é orientada por um presidente, vice-presidente e secretário. Todos os alunos irão experienciar cada um desses “cargos” e respetivas funções, uma vez que, “não imperam hierarquias de poder, mas sim o valor da igualdade e da cooperação, respeitando e tendo

em conta as especificidades de cada um” (Louseiro, 2011, p.14). O presidente orienta a assembleia de turma. O vice-presidente ajuda o presidente na gestão da mesma. O secretário regista os temas que irão ser abordados e redige a ata da assembleia. Neste momento, o professor assume um papel espectador e intervém sempre que necessário. De referir, que nos primeiros anos do 1.º CEB, o professor tem um papel mais ativo, colaborando e orientando mais as Assembleias, uma vez que, os alunos ainda não têm autonomia suficiente. Este papel ativo vai-se dissipando à medida que os alunos se apropriam cada vez mais dos processos e dinâmicas.

De um ponto de vista mais prático, os Conselhos de Cooperação Educativa no MEM, regem-se pelo Diário de Turma e pelo Plano individual de Trabalho de cada aluno. Por isso, acontecem duas vezes por dia: no início da manhã, para planificar e no final do dia, para avaliar aquilo que foi feito. De referir ainda, que quando se discutem temas relativos ao bem-estar dos alunos e da turma também estão em momentos de conselho, embora informais. O último dia da semana é o dia eleito, para se conversar sobre os pontos positivos e negativos que ocorreram durante aquela semana, e as propostas/sugestões que foram escritos no Diário de Turma.

Nos Conselhos de Cooperação Educativa ou nas Assembleias de Turma, todas as decisões tomadas carecem do consenso de todos os participantes da turma, indo ao encontro daquilo que Niza (1998) refere: “todos os protagonistas da turma, planeiam, acompanham, regulam, analisam, orientam e gerem o seu processo de desenvolvimento.” Citando Serralha (2007), estes momentos são essenciais têm um papel mediador e evidenciam a “função instituinte das regras de vida que são resultado dessa intercomunicação que proporciona aos estudantes a compreensão comum das relações entre os membros da comunidade”.

Em suma, os Conselhos de Cooperação Educativa ou Assembleias de Turma, são o grande motor do desenvolvimento da cidadania de cada

um. Através da participação ativa de cada aluno e da construção coletiva de regras sociais, é desenvolvida a sua própria consciência moral.

Quer dizer, quando os alunos se tornam conscientes de que são parte integrante de uma comunidade humana. Isto faz com que livre e voluntariamente se sujeitem ao respeito pelos normativos que regem essa comunidade. É revendo-se nas regras que se submetem a elas, respeitando-as, isto é, que as interiorizam (Serralha, 2007, p. 10).

4. Assembleias de Turma como potenciadoras da Cidadania e da Gestão de Conflitos

Como já tem vindo a ser mencionado, as assembleias de turma são o principal instrumento tanto da gestão do trabalho, como também das relações interpessoais que se estabelecem entre os diversos elementos da turma, num contexto formal e informal.

Assim, citado por Serralha (2007), a “resolução cooperada dos problemas comunitários, o discurso e o diálogo” são ferramentas que permitem o desenvolvimento da formação social e pessoal. Caetano (2007) diz-nos ainda que é através das Assembleias de Turma e com a troca de opiniões e o sentido de cooperação entre todos que se solucionam os problemas que surgem na vida de uma turma. Os alunos são incentivados a desenvolver pensamento crítico e criativo na resolução dos problemas, encontrando soluções alternativas variadas.

A gestão de conflitos em contexto de Assembleia de Turma está diretamente alinhada com o desenvolvimento da cidadania. Caetano (2007) complementa que

a aprendizagem da cidadania em contexto escolar passa, nestes grupos, por uma aprendizagem, pelos alunos, da mediação de

conflitos e do que isso implica em termos de um conjunto de competências sociais e de comunicação que extravasam a sala de aula (p.105).

Em contexto escolar, surge interligado com o documento de Lei de Bases Educativo e com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, um documento orientador dos domínios a trabalhar na Cidadania: Cidadania e Desenvolvimento. Este documento reforça a necessidade e importância do desenvolvimento de valores sociomorais nas crianças. Para o pré-escolar e 1.º CEB, é sugerido que esta dinamização seja feita transversalmente ao currículo escolar e é da responsabilidade do professor titular da turma (Monteiro, Ucha, & al. 2017).

No decurso deste desenvolvimento dos valores que estão presentes nestes documentos orientadores, as crianças têm oportunidade e espaço de participação e consequentemente, formam-se enquanto cidadãos responsáveis, autónomos e independentes, sendo capazes de tomar decisões por si próprios e participar ativamente na tomada das mesmas, sendo individuais ou do grupo/contexto onde está inserido.

Neste discernimento que vai evoluindo à medida que as crianças vão crescendo, está sempre presente o desenvolvimento sociomoral. De acordo com Alberoni e Veca, (cit. por Serralha, 2007, p. 154):

A moral, (...) não é mais do que uma reflexão sobre nós mesmos e sobre os demais desde uma perspetiva particular. Esta perspetiva requer dois movimentos. O primeiro é colocarmo-nos fora de nós mesmos. O segundo, entrar na mente dos demais. Colocando-nos fora de nós mesmo, convertemo-nos em algo assim como espectadores da nossa vida e podemos ser objetivos. O segundo movimento, que nos põe no lugar do outro, permite-nos ver as coisas desde o seu ponto de vista.

No MEM, são apresentadas as diferentes etapas pelas quais devem passar as resoluções de conflitos em contexto de Assembleia de Turma. São eles:

- 1- Identificar as fontes de conflito;
- 2- Explicitar as intenções dos atos;
- 3- Detetar as consequências;
- 4- Experimentar colocar-se na perspectiva do outro;
- 5- Decidir em Conselho (remediar, recuperar, reconstruir, compensar, construir, normas, etc.).

Niza (1998) esclarece que “as atitudes, os valores e as competências sociais e éticas que a democracia integra, se constroem enquanto os alunos, com os professores, em cooperação vão experienciando e desenvolvendo a própria democracia da escola.” (p.7).

Concluindo, torna-se fundamental haver um espaço em que os alunos possam discutir e argumentar as suas ideias, encontrar soluções em conjunto para um determinado problema e participar ativamente na vida da turma.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Neste capítulo, referente à metodologia de investigação projetada para ser utilizada neste trabalho, começarei por abordar o tipo de método definido e, posteriormente, as técnicas e instrumentos utilizados na recolha e tratamento dos dados.

1. Identificação do método e a sua justificação

O método a ser utilizado para a realização deste relatório será a investigação sobre a prática, uma vez que a sua realização será feita no contexto da prática pedagógica supervisionada. Deste modo, é fundamental caracterizar este método para se poder fundamentar a sua adequação ao tema aqui em questão.

1.1. Breve caracterização do método escolhido

O professor depara-se muitas vezes, com diversas situações controversas que necessitam de uma profunda reflexão, quer sejam referentes à sua prática quer às vivências do dia-a-dia no contexto escolar. Por isso, a reflexão crítica do professor sobre a sua própria prática é um dos instrumentos fundamentais para que o professor tenha consciência da sua atividade pedagógica e possa encontrar respostas mais adequadas para os problemas com que se confronta nos processos de ensino e aprendizagem dos seus alunos. Como é considerado por Ponte (2002, p. 14) a investigação sobre a prática é definida como um “processo privilegiado de construção do conhecimento profissional do professor de maneira a que possa aprofundar e melhorar a sua prática pedagógica.”

“Trata-se de um conhecimento essencialmente orientado para a ação e que se desdobra por quatro grandes domínios: (1) o conhecimento dos conteúdos de ensino, incluindo as suas inter-relações internas e com outras

disciplinas e as suas formas de raciocínio, de argumentação e de validação; (2) o conhecimento do currículo, incluindo as grandes finalidades e objectivos e a sua articulação vertical e horizontal; (3) o conhecimento do aluno, dos seus processos de aprendizagem, dos seus interesses, das suas necessidades e dificuldades mais frequentes, bem como dos aspetos culturais e sociais que podem interferir positiva ou negativamente no seu desempenho escolar; e (4) o conhecimento do processo instrucional, no que se refere à preparação, condição e avaliação da sua prática letiva” Isto é um processo que exige um grande esforço e dedicação por parte do docente, visto que é de grande importância que reflita sobre as suas atitudes e comportamentos ao longo da sua prática, perante os desafios colocados pelo processo de aprendizagem dos seus alunos. É que nem sempre as escolhas feitas são as mais corretas, face às diversas necessidades de aprendizagem dos alunos, sobre os variados imprevistos e situações que vão ocorrendo no seu quotidiano profissional nomeadamente em contexto de sala de aula. E é através da ação refletiva/balanço retrospectivo que se consegue identificar e melhorar o que não correu bem, ao conhecer-se e compreender-se os seus fatores, permitindo, a seguir, encontrar as estratégias mais adequadas para corrigir o erro, para resolver ou minimizar os problemas encontrados. Isto implica uma avaliação pessoal que cada docente pode desenvolver, estudando o seu processo pedagógico e procurando soluções.

A investigação sobre a sua própria prática é um método indispensável na formação do conhecimento sobre essa mesma prática e, com isto, uma ação de enorme riqueza para o desenvolvimento profissional dos docentes.

A investigação sobre a prática possibilita ao docente desenvolver a sua identidade profissional, ao permitir o conhecimento da sua prática, suscitando o questionamento da sua atuação pedagógica e facilitando as decisões sobre uma necessária mudança das práticas docentes. Ter a capacidade de rever as suas ações e identificar aspetos que considera pertinente alterar é, sem dúvida, um indicador de “humildade” profissional, qualidade fundamental para um professor. Como refere Ponte: “Assim,

podemos dizer que a investigação sobre a prática profissional, a par da sua participação no desenvolvimento curricular, constitui um elemento decisivo da identidade profissional dos professores” (2002, p. 1).

É importante referir que a investigação sobre a prática realizada pelos professores pode acontecer informalmente e inscrita na normalidade das práticas docentes como uma das suas componentes e associada aos processos de reflexão do professor sobre as suas práticas e sobre os seus resultados como menciona Alarcão (cit. por Ponte, 2002, p. 2):

realmente não posso conceber um professor que não se questione sobre as razões subjacentes às suas decisões educativas, que não se questione perante o insucesso de alguns alunos, que não faça dos seus planos de aula meras hipóteses de trabalho a confirmar ou infirmar no laboratório que é a sala de aula, que não leia criticamente os manuais ou as propostas didáticas que lhe são feitas, que não se questione sobre as funções da escola e sobre se elas estão a ser realizadas.

De modo a definir as condições da qualidade científica da Investigação sobre a prática, Ponte refere-se a Beillerot que enunciou três características fundamentais que uma investigação de qualidade deverá “satisfazer: produzir conhecimentos novos; ter uma metodologia rigorosa ser pública.” A primeira condição relaciona-se com a formação de novos conhecimentos. Na maioria das vezes investiga-se uma questão sobre a qual diversas pessoas já se debruçaram. Mas, se esta investigação cria conhecimento para o próprio investigador, então trata-se de uma investigação. Se o investigador se limita a seguir por caminhos já percorridos por outros, então não está verdadeiramente a realizar uma investigação. Em segundo lugar, é extremamente necessário que a metodologia seja muito rigorosa, de maneira que os resultados sejam os mais verdadeiros possíveis. Por fim, uma investigação não poderá ficar reservada somente para quem investigou, ou seja, é necessário que os resultados obtidos sejam

propagados e partilhados, de maneira que estes sejam apreciados e avaliados pela comunidade.

Assim, propõe-se o termo de professor-investigador como um professor que se propõe investigar problemas sobre a sua prática, mas também problemas e temáticas exteriores à sua área.

1.2. A adequação do método ao tema/ problema

No ponto anterior, mencionei que irei utilizar o método da investigação sobre a prática no meu processo de investigação e fiz a sua caracterização. Considero que é uma metodologia adequada ao tema/problema em estudo, e que será bastante útil no meu futuro profissional enquanto docente, uma vez que promove a constante melhoria da prática diária. A escolha deste tipo de metodologia é a mais correta, visto que este é um estudo que ocorre dentro da sala de aula e em que me focarei nas seguintes questões: “Qual a importância das assembleias na promoção dos valores e práticas da cidadania democrática?” e “De que forma as assembleias de turma contribuem para o desenvolvimento das capacidades na gestão de conflitos?”

O objetivo principal é aprofundar o meu conhecimento, relativamente ao tema. Através da observação, recolha e registo de dados, durante as Assembleias de Turma, será possível refletir e discutir sobre a questão problema, tentando procurar a sua relevância na gestão de conflitos e no desenvolvimento dos valores e práticas da cidadania.

2. Identificação dos procedimentos de recolha e tratamento de dados

Para que ocorra uma boa investigação é fundamental que sejam escolhidas previamente as técnicas de recolha e tratamento de dados, para que estas se enquadrem com o contexto da investigação, o método e o tema escolhido. As técnicas escolhidas são cruciais para o bom funcionamento do projeto, visto que a investigação depende diretamente dessa escolha, para

que se possa recolher os dados mais adequados à investigação. As mesmas estão na base do desenvolvimento do projeto, uma vez que, permitem obter a recolha e registo de dados.

Desta forma serão, em seguida, indicadas e caracterizadas algumas técnicas que serão utilizadas nesta investigação.

2.1. Observação

Para a realização da investigação, uma das técnicas de recolha de dados que possivelmente será a mais utilizada, será a observação. Esta técnica é definida por Afonso (2005) como “uma técnica de recolha de dados particularmente útil e fidedigna, na medida em que a informação obtida não se encontra condicionada pelas opiniões e pontos de vista dos sujeitos, como acontece nas entrevistas e nos questionários” (p. 91). A observação permite ao investigador recolher a informação de forma direta, através do contexto em que está inserido, sem estar sujeita aos olhos de terceiros.

Todas as técnicas têm vantagens e desvantagens e a observação não é exceção. Uma das desvantagens é estar muito dependente do investigador, sobretudo da sua perspetiva e da maneira como observa o que o rodeia. Existem questões que se podem colocar, por exemplo, sobre os registos. Como registar? Durante ou depois da ação? Durante, implica uma divisão entre a observação e o registo, com o perigo de perda de alguma informação. Se se registar depois, poderão escapar pormenores fundamentais, comprometendo a análise da situação. Sendo assim, uma das maneiras de ultrapassar estas dificuldades/questões é o recurso a registos escritos, de áudio, vídeos ou fotografias, que nos permitem recordar o vivido.

De acordo com o autor mencionado anteriormente, a observação pode ser dividida em estruturada e não estruturada. A primeira é utilizada para estudos quantitativos, com recurso a grelhas de registo que seguem um código previamente estabelecido. A segunda é definida por

Cozby (cit. por Afonso, 2005) como uma observação impressiva e descritiva a ser utilizada “quando o investigador quer descrever e compreender o modo como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam num determinado contexto social” (p. 92).

Contudo, para a investigação em questão, torna-se pertinente utilizar tanto a observação estruturada como a observação não estruturada, dado que irão ser observadas várias Assembleias de Turma e a intervenção dos respetivos alunos nas mesmas, tendo sempre em vista o tema do relatório.

Para além da observação direta, as Assembleias de Turma irão ser gravadas para serem melhor analisadas posteriormente. O conteúdo destes registos será transcrito e irei utilizar tabelas de registos para assinalar intervenções que sejam pertinentes para o tema. Irei realizar entrevistas aos alunos da turma, com registo escrito das mesmas.

Assim, os dados decorrentes da observação serão essenciais para uma análise quantitativa e qualitativa, pois são eles que nos dão as informações necessárias acerca do tema em questão. Por isso, estes deverão ser recolhidos e analisados de forma cuidadosa e atenta, de forma que os resultados obtidos sejam verídicos e o mais autênticos possível.

2.2. Análise de conteúdo e análise documental

A análise de conteúdo é uma metodologia de análise e de tratamento de dados, visto não ser uma técnica de recolha de dados. Por isso, esta é uma técnica que “apresenta como ponto de partida a mensagem verbal ou escrita – palavra, texto, enunciado, discurso – que está vinculada às condições textuais de produção (...)” (Maia, 2007, p. 117).

Almeida (1990) descreve a análise de conteúdo como uma “técnica em contínuo aperfeiçoamento, e assim suscetível de ser acionada por forma a restituir o *sentido* dos textos, das mensagens, das comunicações” (p. 105).

Contudo serão analisadas as relações entre os diferentes elementos da turma, nomeadamente as relações pessoais e coletivas. Visto que o foco da minha investigação é perceber de que forma é que as relações que as

crianças têm uns com as outras, influenciam a gestão de conflitos entre os mesmos, em contexto de Assembleia de Turma e que impacto é que isto tem no desenvolvimento de valores e práticas da cidadania democrática.

Pelo seu lado a análise documental é uma técnica que se foca essencialmente na leitura e análise de documentos formais, como o projeto educativo da escola e o dossiê da turma. Esta análise diz respeito aos documentos que nos dão informação sobre os alunos, bem como sobre o contexto onde irei estar inserida. Para Bardin, o foco desta técnica é a de “dar forma conveniente e representar de outro modo a informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (cit. por Maia, 2007, p. 118).

Esta forma de recolha de dados é fundamental visto que vai fazer ponte com os documentos formais do contexto e vai permitir-nos analisar e conhecer o historial de cada criança e do ambiente que a rodeia.

Contudo, é deveras importante indicar as diferenças entre ambos, visto serem conceitos muito semelhantes:

dois elementos principais [que] diferenciam a Análise de Conteúdo da Análise documental: a) enquanto a primeira trabalha com mensagens, a segunda trabalha com documentos; b) o objetivo desta é a representação condensada da informação, enquanto o daquela é a manipulação de mensagens para a realização de inferências sobre outra realidade que não a da mensagem. (Bardin, cit. por Maia, 2007. p. 118)

Esta será uma técnica complementar a todas as outras, dado que será fundamental analisar os documentos formais, de modo a conhecer as características de cada aluno e do contexto em questão. Este conhecimento permite incluir determinados comportamentos e definir estratégias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem. Dado que muitas das vezes os alunos trabalharão em grupos, esta poderá ser uma ferramenta útil, nomeadamente na organização dos alunos (caraterísticas em comum, dificuldades, etc.).

Assim, é de referir que tanto a análise documental como a análise de conteúdo são importantes no tratamento dos registos escritos e das observações realizadas. Através do cruzamento de dados e informações, conseguiremos extrair conclusões que contribuirão para a resposta da questão-problema.

CAPÍTULO III

PLANO DE INTERVENÇÃO

Como foi apresentado no início deste relatório, a problemática em estudo refere-se às Assembleias de Turma e o seu papel no desenvolvimento da cidadania e na gestão de conflitos.

É de grande importância acompanhar o desenvolvimento de valores de participação política, cooperação e solidariedade precocemente. São notórias as diferenças que se observam. As crianças relevam-se mais sociáveis e responsáveis, capazes de gerir as emoções e adequar os comportamentos.

São notórias as diferenças que se observam quando este tipo de estratégia é posta em prática em contexto escolar, tornando as crianças mais independentes, mais sociáveis, responsáveis e educadas, porque vão conseguir gerir melhor as suas emoções e atitudes.

1. Tarefas para obter informação relativa à problemática

No sentido de obter informação que sustente e vá ao encontro de respostas para a problemática apresentada, foram pensadas algumas tarefas a desenvolver com as crianças. O seu processo de desenvolvimento e os seus resultados irão permitir a recolha de informações necessárias às respostas que se pretendem obter nesta investigação.

De acordo com a metodologia atrás descrita, as técnicas de recolha e tratamento de dados serão: a observação participante; a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo.

A observação direta das assembleias de turma a realizar permitirá a recolha de informação sobre comportamentos, atitudes e modos de intervenção durante as Assembleias de Turma. Também será possível

registar a forma como se desenrola uma Assembleia de Turma, a disposição da sala, o papel do professor nas Assembleias e as diversas interações que ocorrem entre os alunos. Assim, será essencial presenciar e vivenciar as Assembleias de Turma a realizar para que se possa encontrar respostas para a questão-problema, obtendo-se alguns registos que irão ser posteriormente analisados.

As Assembleias de Turma terão lugar no último dia da semana, entre as 15h e as 16h, conforme a planificação da professora titular e têm lugar na sala de aula.

As Assembleias de Turma preveem a escolha de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, por votação dos alunos da turma, que têm como função orientar e dar a palavra na discussão dos assuntos da Assembleia. O Presidente e Vice-Presidente estão sentados à frente da sala e o secretário, numa mesa junto deles com a professora. Os restantes alunos ficam sentados nos respetivos lugares.

Durante a semana o diário de Turma será afixado numa das paredes da sala. Aqui os alunos registam momentos que correram bem, outros menos bem e algumas propostas que queiram fazer à turma. No 1.º ano, a professora ajuda neste registo, uma vez que, os alunos ainda estão a aprender a ler e escrever (Anexo I).

É dado o início da Assembleia pelo Presidente e Vice-Presidente quando todos os alunos estiverem em silêncio. São tratados, em primeiro lugar, os assuntos respetivos à coluna “O que correu menos bem?”, de seguida o que correu bem e, no final, são apresentadas as propostas ou ideias.

Durante a Assembleia, o meu papel, como referido anteriormente, será o de espectadora, uma vez que, não irei intervir durante o decorrer das mesmas. Como suporte da observação não participante, irei recorrer aos registos das intervenções realizadas pelos alunos sobre os assuntos em discussão. Estes registos contemplam o problema/desafio que a turma está a resolver em cada momento da Assembleia, as possíveis

soluções para a resolução dos mesmos e a definição das ações necessárias e os seus responsáveis.

As entrevistas serão outra das técnicas de recolha de dados que serão utilizadas. O seu carácter semiestruturado permitirá respostas mais abrangentes, uma vez que, as perguntas construídas são suficientemente abertas para se obter respostas mais aprofundadas (Pardal e Lopes, 2011). Estas entrevistas têm como objetivo estabelecer o contacto direto e pessoal com os alunos que participam nas Assembleias e assim recolher informações relevantes para o estudo.

Estas entrevistas terão lugar fora do contexto de sala de aula, e numa hora a combinar com a professora titular de sala. Todos os alunos serão entrevistados, uma vez que, todos são motivados a ter um papel ativo nas Assembleias de Turma. O objetivo desta entrevista é questionar os alunos sobre a importância das Assembleias e fazê-los refletir sobre o seu papel no seu decurso.

No início, as crianças serão questionadas sobre a importância das assembleias e, posteriormente, serão feitas perguntas de resposta fechada (sim ou não) com um pedido de justificação através de situações concretas (Anexo II). Assim, serão abordados todos os valores que estão em investigação: responsabilidade, sentido crítico, autonomia e justiça.

As notas de campo resultarão da observação das assembleias, de maneira a registar os diversos acontecimentos relevantes para o estudo de forma mais fiável, clara e espontânea. Para uma melhor perceção dos conflitos que surgem e da maneira como são resolvidos em Assembleia de Turma, será criada uma tabela de registo elencando diversos aspetos relativos ao problema em questão, tais como: a causa, o local, os intervenientes no conflito e ainda as diversas formas de resolução desse problema. De acordo com Jares (2002) na estrutura de um conflito devem-se distinguir quatro elementos que se influenciam mutuamente e que estão sempre presentes: “as causas que o provocam; os protagonistas que intervêm; o processo ou forma como os protagonistas encaram o conflito e o contexto em que ele se produz” (p. 45). Assim e

através desta categorização e levantamento de possíveis indicadores, poderemos aferir as principais causas dos problemas que surgem e, se as decisões tomadas em Assembleia serão eficazes o suficiente para reduzir a incidência dos conflitos no grupo.

Quadro I- Resolução de Conflitos

Categoria		Incidentes
Causa do Conflito	Violência física	
	Desrespeito da autoridade	
	Conflito na utilização do mesmo espaço	
	Desrespeito das regras	
Local onde aconteceu	Sala de Aula	
	Recreio	
	Outra sala	
	Refeitório	
Intervenientes na análise do conflito	Alunos envolvidos no conflito	
	Professora	
	Outros alunos	
Processo de Análise	Esclarecimento de todos os intervenientes	
	Perguntas de outros alunos	
	Síntese do acontecimento	
Intervenientes na decisão	Alunos envolvidos no conflito	
	Professora	
	Outros alunos	
Tipo de Decisão tomada	Pedido de desculpa	
	Consequência	
	Conversa com os alunos sobre o sucedido, apelando à tolerância e respeito	

Para além deste registo, será também dinamizada uma atividade no âmbito de aferir qual é a perceção dos alunos sobre os valores em estudo: justiça, respeito e tolerância. A escolha da realização desta atividade vai ao encontro das Aprendizagens Essenciais para o 1.º Ciclo da Cidadania e Desenvolvimento (DGE, 2025). O principal objetivo desta atividade é tornar as crianças mais conscientes da sua tomada de decisão, saber reconhecer situações de justiça e injustiça e fomentar a capacidade de cooperação na resolução de conflitos entre os pares. Para além disso, será importante observar quais são as perceções dos alunos sobre os conceitos de justiça, respeito e tolerância.

Esta atividade estará dividida em 3 etapas. Num primeiro momento, será lida uma história intitulada “Posso juntar-me ao clube?” como lançamento para uma conversa com os alunos. Esta obra retrata uma história sobre uma amizade, sobre a diferença e a tolerância, sendo a motivação para a conversa com os alunos. Nesta conversa serão questionados sobre o que é a justiça, o respeito e a tolerância.

Num segundo momento da atividade, os alunos serão desafiados a fazer uma pequena representação de uma determinada situação que reflita um destes valores. A turma será dividida em grupos de 3-4 alunos (no máximo) e cada grupo receberá um papel com a situação descrita.

Quadro II – Exemplos de Situações Problemáticas

Situação 1 - Justiça	Durante o intervalo, duas crianças — a Inês e o Tomás — querem brincar com o mesmo carrinho da caixa de brinquedos do recreio. A Inês tinha chegado primeiro ao carrinho e já o estava a usar. O Tomás, ao ver o brinquedo que queria, tira-lhe o carrinho das mãos sem perguntar. O que aconteceu?
------------------------------------	--

Situação 2 - Respeito	Durante o recreio, existe uma regra que diz: “Não se pode ir à sala, sem autorização”. O Zé e a Camila esqueceram-se de um brinquedo que tinham trazido de casa para brincar juntos. Lembram-se de ir à sala buscá-lo, mas não pediram autorização, nem à professora, nem a nenhuma auxiliar. O que aconteceu?
Situação 3 - Tolerância	A Sara e o Manuel estão a fazer um trabalho de grupo sobre os animais. Decidiram fazer as letras do título com a forma de animais. A Sara acha que devem pintar as letras com aguarelas, mas o Manuel não gosta da ideia e prefere pintar com canetas. O que aconteceu?

No final do tempo para ensaio, todos apresentarão o teatro à turma. Os alunos espectadores serão levados a pensar sobre a determinada situação e naquilo que fariam para resolvê-la.

No final, e como forma de concluir a atividade cada aluno terá de pensar e desenhar numa folha de papel uma situação em que já tenha sido capaz de pôr em prática um destes valores.

Por fim, um dos instrumentos a utilizar serão as gravações das Assembleias. Com isto, será possível manter a fiabilidade dos acontecimentos registados durante as mesmas e assim, não perder informação crucial que contribua para a investigação. A análise de conteúdo é uma técnica utilizada para o tratamento da informação recolhida através dos instrumentos anteriormente descritos: entrevistas, notas de campo, gravações e registos de observação. Esta análise possibilitará uma compreensão mais profunda e fiel dos contextos estudados (Pardal e Lopes, 2011). Com esta análise conseguiremos ter

uma visão particular das Assembleias e do seu papel na gestão e resolução de conflitos.

CONCLUSÕES FINAIS

Durante o meu percurso académico fui tendo oportunidade de realizar e experienciar diversos estágios nas diferentes valências de Pré-Escolar, 1ºCiclo do Ensino Básico e de Necessidades Educativas Especiais. Foi no estágio que realizei no primeiro ano do meu mestrado, com uma turma de 1º ano, que me surgiu o interesse de abordar a importância que as assembleias de turma têm na gestão de conflitos e na cidadania.

Na minha perspetiva, este tema é de grande responsabilidade e importância para um bom funcionamento da sala de aula e para o desenvolvimento de capacidades como a responsabilidade, a autonomia, a independência, a cidadania, para que, no futuro, sejam adultos autónomos, participativos e com poder de argumentação.

O desenvolvimento deste projeto, embora tenha ocorrido na altura crítica da ocorrência da pandemia, em que ficámos muito limitados, é uma área que enquanto futura docente quero implementar com os meus alunos, visto que também é crucial falar e abordar questões de cidadania.

É importante mencionar, que fui sempre muito bem recebida por toda a equipa educativa que sempre teve o maior interesse e curiosidade em ajudar-me e a saber como estava e como está a correr este percurso. As crianças foram o meu principal motivador em todo o meu percurso neste estágio que, infelizmente, não conseguimos finalizar, mostrando serem muito acolhedoras e prestáveis.

Quis então aprofundar e saber mais sobre o tema das Assembleias de Turma, a forma como se realizavam e quais seriam os seus benefícios na educação para a cidadania.

Para responder à questão definida nesta investigação, fui pesquisando teorias e na literatura existente tentei encontrar informação que sustentasse e fundamentasse o objeto em estudo. Como referi anteriormente, não nos foi possível a realização do estágio na sua totalidade e por isso, não houve observações nem recolha e tratamento de dados em campo que pudessem cruzar com as referências bibliográficas já estudadas.

Partindo dessas referências bibliográficas, fui percebendo que as Assembleias de Turma dão aos alunos diferentes possibilidades de crescer e desenvolver valores ao longo do seu percurso escolar. Aliado com o desenvolvimento de cada criança, os moldes e a forma como vão sendo postas em prática, as Assembleias vão dando oportunidade para cada aluno se desenvolver de forma consciente, autónoma e responsável.

Fui percebendo que a partir das intervenções, dos diálogos e das discussões que os alunos têm entre si, eles aprendem a partilhar, a ouvir, a esperar pela sua vez e promovem valores como a responsabilidade, o sentido crítico, a autonomia e o cuidado pelo outro. Esta partilha constante e regular de momentos bons e outros menos bons, faz com que as crianças cresçam também com sentido de comunidade e cuidem das relações que estabelecem ao longo da vida.

Como menciona Barbara Rogoff (cit. por Serralha, 2007) “a participação quotidiana das crianças e dos adultos em atividades compartilhadas contribui a um rápido progresso das crianças para chegarem a ser participantes hábeis na vida social e intelectual da sociedade em que vivem”.

Para além de todos estes valores que desenvolvem aquando da participação nas Assembleias, quando os alunos assumem as posições de Presidente, Vice-Presidente e Secretário são também desafiados a desenvolver a responsabilidade, a autonomia, a gerir o tempo de cada Assembleia e respetivas intervenções.

De referir ainda o papel do professor nestes momentos, que passa por orientador das Assembleias, num momento inicial da sua prática e acaba numa posição de participante, respeitando e promovendo a autonomia das crianças. Esta posição é gradual e transitória ao longo dos 4 anos do 1.º Ciclo.

Por fim, é notório que as Assembleias desenvolvem valores como a autonomia, responsabilidade, sentido crítico e justiça que estão presentes no documento do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, dando

ênfase à necessidade de existirem momentos em contexto escolar que os promovam.

Concluindo e como futura professora, volto a reforçar a importância da prática das Assembleias de Turma em sala de aula, no sentido de promover a cidadania nos alunos e poder ter um espaço em que possam partilhar as suas vivências e falar daquilo que corre bem ou menos bem, fomentando o espírito de grupo. Foi um momento significativo que me ajudou a aprender e a refletir sobre as Assembleias de Turma, ficando a conhecer uma nova prática do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Natércio (2005). *Investigação Naturalista em Educação – um guia prático e crítico*. (1ª ed.). Porto: Edições ASA.

Caetano, Ana Paula (2007). *Mediação de Conflitos– o estudo de um caso de assembleias de turma, pela investigação-ação*. Revista Portuguesa de Pedagogia. P. 101-118

Diário da República (1986). Lei nº46/86 de 14 de outubro: Lei de Bases do Sistema Educativo. Recuperado em <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1039-lei-de-bases-do-sistemaeducativo>

Direção-Geral da Educação (2025). *Cidadania e Desenvolvimento*. Direção Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania-desenvolvimento.pdf

Gomes, C. S., Brocardo, J. L., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L. A., Ucha, L. M., Encarnação, M.,... Rodrigues, S. V. (2017). *Perfil dos alunos para o século XXI: Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação.

Jares, X. R. (2002). *Educação e Conflito – Guia de educação para a convivência*. Porto: Edições ASA, col. práticas pedagógicas.

Louseiro, M. (2011). *Contributos da prática do Conselho de Cooperação Educativa para o desenvolvimento sociomoral dos alunos*. Escola Moderna, 39, 5.º série, 12-40.

Machado, L. M., Maia, G. Z. A., & Labegalini, A. C. F. B. (2007). *Pesquisa em Educação: passo a passo* (Vol. 2). Edições M3T.

Ministério da Educação (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: ME – DEB.

Monteiro, Ucha, & al. (2017) *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. DGEC.

Movimento da Escola Moderna. (2021) *Instrumentos de planeamento/ avaliação e Diário de Turma*.
<https://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/>.

Movimento Escola Moderna. (2021) *Modelo Pedagógico do MEM*.
<https://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/>.

Movimento Escola Moderna. (2021) *Modelo Pedagógico do MEM*.
<https://www.escolamoderna.pt/participacao-democratica-direta-2/>.

Niza, S. (2003). *O Diário de Turma e o Conselho*, Escola Moderna, 1 (3ª série), 27-30.

Niza, S. (1998). *A organização social do trabalho de aprendizagem no 1ºCEB* in *Inovação*, 11,77-98. Recuperado em http://centrorecursos.movimentoescolamoderna.pt/dt/1_2_0_mod_pedagog_mem/120_d_01_org_social_trab_aprend1ceb_sniza.pdf.

Pardal e Lopes, 2011. *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores. 2011.

Ponte, J. P. (2002). *Investigar a nossa própria prática*. In GTI (Org), *Reflectir e investigar sobre a prática profissional* (pp. 5-28). Lisboa: APM.

Serralha, F. (2007). *Desenvolvimento Sociomoral. In A Socialização Democrática na Escola: o desenvolvimento sociomoral dos alunos do 1º CEB*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa: Lisboa. pp 5-13.

Sifuentes, T. R., Dessen, M. A., & Oliveira, M. C. S. L. De (2007). *Desenvolvimento Humano: Desafios para a Compreensão das Trajetórias Probabilísticas*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. P. 379-380.

Silva, I. L., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações curriculares para a educação pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Sousa, A. B. (2009). *Investigação em Educação* (2ªed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.

Torrego Seijo, J. C. (2003). *Mediação de Conflitos em Instituições Educativas – Manual para formação de mediadores*. Porto: Edições ASA.

ANEXOS

Anexo I – Diário de Turma

Diário de Turma

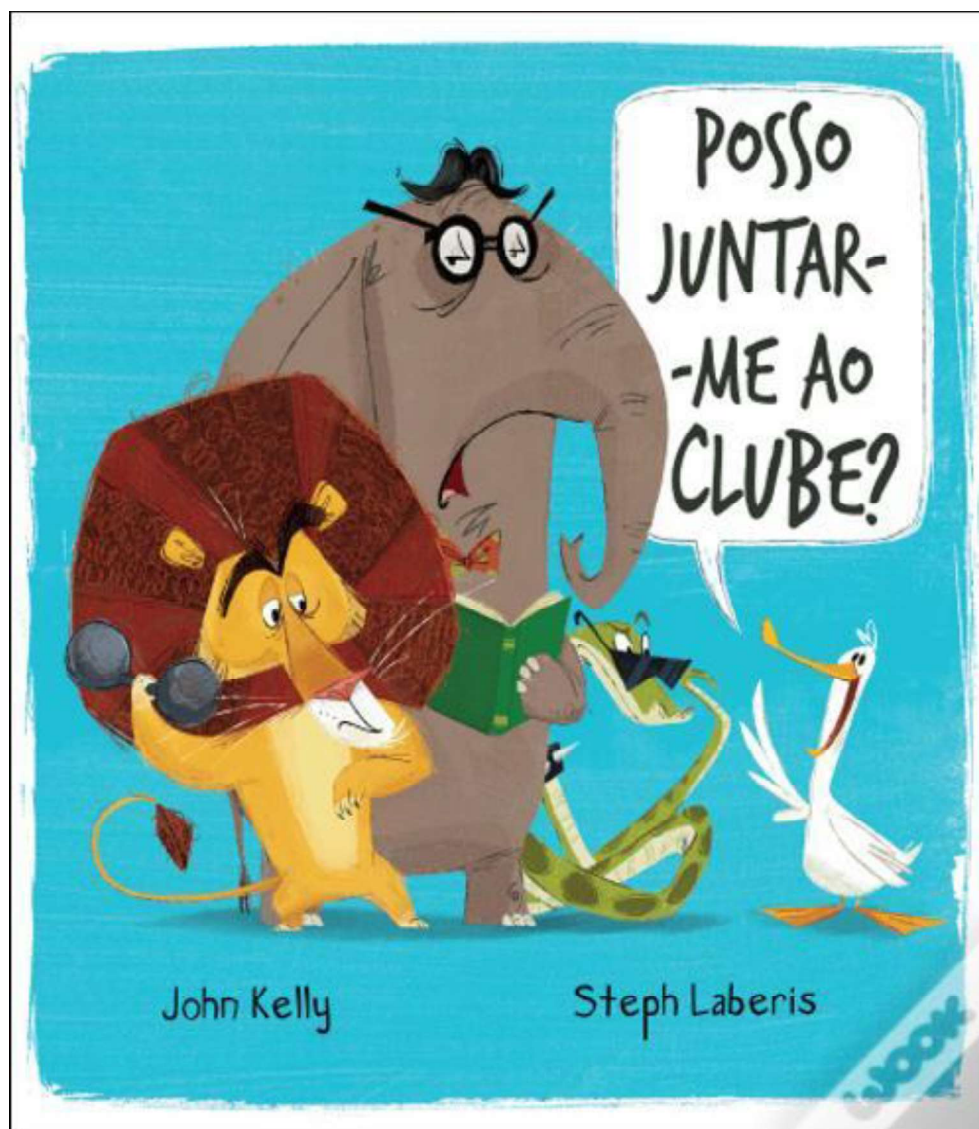
O que correu bem?	O que correu menos bem?	Propostas/ideias/sugestões

Anexo II – Entrevista realizada aos alunos da turma

Entrevista

1. Achas importante fazer as Assembleias de Turma?
Porquê?
2. Achas que as Assembleias ajudam na resolução dos problemas? Porquê?
3. Achas que as decisões tomadas nas Assembleias são justas? Porquê?
4. Quando existe alguma decisão a tomar, tentas pôr-te no lugar do outro? Como?
5. Quando existem decisões a tomar, como decides a tua posição?
6. O que é mais importante para ti nas Assembleias?

Anexo III – Capa do Livro “Posso juntar-me ao clube?”



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I - Resolução de Conflitos

Categoria		Incidentes
Causa do Conflito	Violência física	
	Desrespeito da autoridade	
	Conflito na utilização do mesmo espaço	
	Desrespeito das regras	
Local onde aconteceu	Sala de Aula	
	Recreio	
	Outra sala	
	Refeitório	
Intervenientes na análise do conflito	Alunos envolvidos no conflito	
	Professora	
	Outros alunos	
Processo de Análise	Esclarecimento de ambos os intervenientes	
	Perguntas de outros alunos	
	Síntese do acontecimento	
Intervenientes na decisão	Alunos envolvidos no conflito	
	Professora	
	Outros alunos	
Tipo de Decisão tomada	Pedido de desculpa	
	Consequência	
	Conversa com os alunos sobre o sucedido, apelando à tolerância e respeito	

Quadro II – Exemplos de Situações Problemáticas

Situação 1 - Justiça	Durante o intervalo, duas crianças — a Inês e o Tomás — querem brincar com o mesmo carrinho da caixa de brinquedos do recreio. A Inês tinha chegado primeiro ao carrinho e já o estava a usar. O Tomás, ao ver o brinquedo que queria, tira-lhe o carrinho das mãos sem perguntar. O que aconteceu?
Situação 2 - Respeito	Durante o recreio, existe uma regra que diz: “Não se pode ir à sala, sem autorização”. O Zé e a Camila esqueceram-se de um brinquedo que tinham trazido de casa para brincar juntos. Lembram-se de ir à sala buscá-lo, mas não pediram autorização, nem à professora, nem a nenhuma auxiliar. O que aconteceu?
Situação 3 - Tolerância	A Sara e o Manuel estão a fazer um trabalho de grupo sobre os animais. Decidiram fazer as letras do título com a forma de animais. A Sara acha que devem pintar as letras com aguarelas, mas o Manuel não gosta da ideia e prefere pintar com canetas. O que aconteceu?